

ANEXO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA **POLÍCIA FEDERAL** E
A EMPRESA

A União, por intermédio da **Polícia Federal** com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (**cargo e nome**), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº **08211.001746/2021-08** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação parcelada, conforme demanda, de ações de capacitação em aviação civil, listadas no quadro sintético abaixo, e descritas de forma pormenorizada em anexos próprios, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| Grupo | Item | Ação de capacitação | Unidade | Órgão Gerenciador POLÍCIA FEDERAL | Valor de Referência a (unitário) R\$ | Valor de Referência (Total) R\$ |
|-------|------|--|---------|--------------------------------------|---|---------------------------------------|
| | 01 | Treinamento Inicial Aeronave TIPO Embraer ERJ 145 (função segundo em comando) – Anexo I | Curso | 04 | 191.389,94 | 765.559,76 |
| | 02 | Treinamento Recorrente Aeronave TIPO Embraer ERJ 145 – Anexo II | Curso | 12 | 105.343,45 | 1.264.121,40 |

| | | | | | | |
|--|----|---|--------------|-----|------------|--------------|
| | 03 | Treinamento Inicial Aeronave TIPO King Air 350i – Anexo III | | 03 | 155.689,40 | 467.068,20 |
| | 04 | Treinamento Recorrente Aeronave TIPO King Air 350i – Anexo IV | | 12 | 93.413,64 | 1.120.963,68 |
| | 05 | Treinamento Inicial Aeronave TIPO AW-139 – Anexo V | | 06 | 490.232,97 | 2.941.397,82 |
| | 06 | Treinamento Recorrente Aeronave TIPO AW-139 – Anexo V | | 04 | 217.286,93 | 869.147,72 |
| | 07 | Curso Prático de Piloto Privado de Avião (PPA) horas de voo mono VFR – Anexo VI | Horas de voo | 250 | 621,73 | 155.423,50 |
| | 08 | Curso Teórico de Piloto Comercial de Avião (PCA/IFR/MLTE) (EaD é opção) – Anexo VII | | 05 | 2.950,00 | 14.750,00 |
| | 09 | Instrução de solo e familiarização com aeronaves MNTE e MLTE (Groundschool) – Anexo VII | Horas de voo | 15 | 220,00 | 3.300,00 |
| | 10 | Horas de voo em aeronave monomotor trípala, homologada para instrução básica, sob regras de voo visual (VFR) – Anexo VII | Horas de voo | 350 | 615,89 | 215.561,50 |
| | 11 | Horas de voo em aeronave monomotor trípala, homologada para instrução básica, sob regras de voo visual (VFR) NOTURNO – Anexo VII | | 30 | 609,00 | 18.270,00 |
| | 12 | Hora de voo em simulador homologado pela ANAC para instrução VFR/IFR com capacitação em PBN – Anexo VII | | 130 | 202,50 | 26.325,00 |
| | 13 | Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução IFR pela ANAC – Anexo VII | | 70 | 802,50 | 56.175,00 |
| | 14 | Hora de voo em aeronaves multimotoras homologadas para instrução pela ANAC para voos MLTE VFR/IFR com capacidade PBN – Anexo VII | | 70 | 2.650,00 | 185.500,00 |
| | 15 | Custos Administrativos – Anexo VII | Taxas | 5 | 780,00 | 3.900,00 |
| | 16 | Curso teórico de instrutor de voo avião - INV-A (EAD é opção) – Anexo VIII | Curso | 15 | 898,94 | 13.484,10 |
| | 17 | Curso prático para piloto privado - helicóptero (PPH) – Anexo IX | | 04 | 72.054,50 | 288.218,00 |
| | 18 | Curso teórico e prático para piloto comercial helicóptero (PCH) – Anexo IX | | 04 | 128.986,00 | 515.944,00 |
| | 19 | Curso teórico e prático de regras de voo por instrumentos (IFRH) – Anexo IX | | 04 | 64.887,50 | 259.550,00 |

| | | | | | | |
|---|----|--|--|----|------------|----------------------|
| | 20 | Curso teórico de instrutor de helicóptero - INV-H – Anexo VIII | | 08 | 1.249,30 | 9.994,40 |
| | 21 | Treinamento de procedimentos de emergência – Anexo X | | 20 | 36.225,00 | 724.500,00 |
| | 22 | Treinamento Recorrente Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (função segundo em comando) – Anexo XI | | 06 | 299.997,34 | 1.799.984,04 |
| | 23 | Treinamento Recorrente Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (função de comando) – Anexo XI | | 06 | 492.891,52 | 2.957.349,12 |
| Estimativa do custo total da contratação | | | | | | 14.626.743,16 |

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 meses a contar da data de assinatura** e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de **2021**, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o Foro o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

..... de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-